

Esquerdas revolucionárias e luta armada

Denise Rollemberg

«Insignificantes, esmagados pela enormidade da floresta, eles continuavam». Renato Tapajós.

A memória e a luta armada

A partir do final da década de 1970 e, sobretudo ao longo dos anos 1980, surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a luta armada escritas por ex-militantes ou por jornalistas contemporâneos. Neste momento, o estudo do tema também despertou interesse de historiadores e sociólogos, a princípio, que haviam sido militantes e, em seguida, pesquisadores de uma geração posterior que não tinham uma relação direta com a experiência. Assim, a luta armada tornou-se objeto de pesquisa.

Ao longo deste período e na década de 1990, documentos das organizações que pensaram e/ou fizeram a luta armada, dos órgãos de repressão, acervos particulares começaram a se tornar acessíveis e a integrar os arquivos públicos. Este momento corresponde ao reconhecimento no Brasil da História Oral como instrumento teórico-metodológico, o que legitimava o trabalho com entrevistas e depoimentos, enriquecendo as possibilidades de investigação do tema. Da mesma forma, as entrevistas contribuía para a legitimação da História Oral, uma vez que evidenciavam a sua importância.

Assim, a memória recente do país ia sendo construída, ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia. Desafio para um país que vivera anos sob um regime de exceção e que o vira acabar a partir de um processo lento, seguro e gradual, sem que em nenhum momento os militares e civis comprometidos com ele perdessem o seu controle. Para um país que conseguira uma anistia nem ampla nem geral nem irrestrita e recíproca, uma lei que anistiava envolvidos nos crimes da ditadura sem anistiar muitos dos seus atingidos: os presos, por exemplo, saíam das prisões pela redução das penas com a nova lei de segurança nacional, um ato que, por fim, confirmava as condenações; uma lei que ignorava os militares de baixa patente, ratificando, mais uma vez, a punição pela ousadia da recusa à hierarquia e à disciplina. Desafio para um país cujo congresso nacional derrotou o projeto de lei que estabeleceria eleições diretas para presidente,

mantendo as eleições indiretas decididas por um colégio eleitoral. Para um país cujas escolas passaram estes anos formando crianças e jovens na moral e no civismo, ensinando uma história de grandes personagens e seus feitos, ausente de lutas e movimentos sociais, plena de um povo pacífico e ordeiro; uma história que desconhecia os conflitos dos primeiros anos da década de 1960, que transformara o golpe civil-militar de 1964 em revolução que garantiria a democracia e a liberdade, obra de homens que se igualavam aos heróis do passado, homens que livraram o país dos maus-brasileiros; não houvera projetos conflitantes e excludentes; existira, sim, subversão e terror. Enfim, no início da década de 1980, a construção da democracia - ou a «redemocratização» - como um desafio para um país sem tradição democrática, uma ausência presente, na verdade, bem antes dos anos de ditadura.

A memória da luta armada fez-se - e ainda se faz - em meio a esta realidade, não sem disputas, trazendo à tona as tensões do passado e do presente. Neste processo, as esquerdas vêm enfatizando o sentido de resistência desta História. A sua luta teria sido, sobretudo, de resistência à ditadura e pelo restabelecimento da democracia violada em 1964¹. O golpe teria sido obra dos militares apoiados pelo *imperialismo* norte-americano. Daí se falar em golpe militar, ditadura militar, regime militar.

Também no início dos anos 1980, René Dreifuss publicou sua tese de doutorado sobre o golpe de 1964. Através de farta documentação, comprovou a participação decisiva de segmentos da sociedade civil no movimento que derrubou o governo institucional de João Goulart, que assumiram um lugar igualmente relevante no regime instaurado. Assim, Dreifuss o chamou de golpe civil-militar; mais esclarecedor ainda seria vê-lo como um *movimento civil-militar*. A pesquisa de Dreifuss teve grande impacto e foi bastante divulgada, na mídia e no meio acadêmico. Apesar disto, é interessante notar a dificuldade que as esquerdas ainda mantêm no sentido de reconhecer as relações de identidade de segmentos da sociedade com o projeto político que se tornara vitorioso em 1964. Se o movimento que derrubou o governo institucional foi repudiado por parte da sociedade civil, por outro lado, foi saudado com entusiasmo por parcelas sociais - não exclusivos das classes dominantes - que com ele se identificaram.

O início dos anos 1960 conheceu um dos momentos da história do Brasil de maior participação política da sociedade, organizada e atuante em diversos níveis, num embate radicalizado. Instituições, associações, manifestações que atuavam em função de projetos e propostas de esquerda, mas igualmente de direita que também alcançavam simpatias e adesões de parcelas significativas da sociedade.

¹ - Para uma ótima abordagem do assunto, ver AARÃO REIS FILHO, Daniel, 1999.

No entanto, as esquerdas têm recuperado este passado - ou construído sua memória - a partir do princípio de que a sociedade foi submetida, no momento do golpe e ao longo da ditadura, pela força da repressão: as perseguições aos movimentos sociais, às instituições políticas e sindicais e às lideranças e aos militantes; os atos institucionais, a censura, os órgãos de informação, a prisão política, a tortura, os assassinatos, o exílio, o medo. Diante da arbitrariedade, a sociedade resistiu. O fim do regime fora resultado da luta dos movimentos sociais, desejosos de restaurar a democracia. A sociedade repudiava, enfim, os valores autoritários dos militares.

Na verdade, porém, os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira. As tradições e a cultura política não haviam sido gestadas segundo referências democráticas. Às vésperas de 1964, o golpe estava no ar e podia vir - e vinha - de diferentes partes: a renúncia de Jânio Quadros, a recusa dos ministros militares à posse de João Goulart, a solução parlamentarista, a tentativa de o presidente já empossado governar sob estado de sítio, as articulações entre militares e civis, as tentativas de organização da luta armada, a formação de organizações que a defendiam. Portanto, as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto a sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia como um valor supremo. A democracia era *burguesa*, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar. Após a revolução, o socialismo seria o caminho para se chegar à verdadeira democracia, da maioria, do proletariado.

A luta das esquerdas revolucionárias nos anos 1960 e 1970 pelo fim da ditadura não visava a restaurar a realidade do período anterior a 1964. Embora buscasse se legitimar na defesa da democracia, estava comprometida sim com a construção de um futuro radicalmente novo, no qual o sentido da democracia era outro. A construção da memória deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia - e não mais a revolução. Em jogo, a busca de legitimação, dando sentido ao passado e ao presente.

Assim, ao longo de todo este passado mais recente, que negou a negação, que afirmou a existência da luta das esquerdas e dos movimentos sociais contra a ditadura, militantes, ex-militantes, jornalistas, historiadores e sociólogos contaram uma história que enfatizou o caráter de resistência em defesa da democracia e contra o autoritarismo.

Esta interpretação acabou deixando à sombra aspectos centrais da trajetória das esquerdas e dos embates travados pelos movimentos sociais que seguiam esta orientação no período anterior a 1964 e, em particular, dos caminhos que parte das esquerdas vinha tomando pela luta armada². A relação das Ligas Camponesas com Cuba, por exemplo, traduzida no apoio material, logístico e ideológico evidencia a definição de uma parte das esquerdas pela luta armada no Brasil, ainda no

governo democrático, antes da ditadura civil-militar. Embora consideremos que o golpe e a implantação da ditadura redefiniram o quadro político, é importante perceber que esta possibilidade fazia parte das opções de esquerda e que esta buscava realizá-las antes de 1964. Mesmo que não se trate de uma novidade³, as esquerdas tenderam - e tendem ainda - a deslocar o marco da opção pela luta armada para o pós-1964. É interessante notar como esta tese reaparece, mesmo no período da ditadura. Assim, outro marco importante seria 1968, mais exatamente o AI-5, em 13 de dezembro. Impedida toda e qualquer possibilidade de atuação dos movimentos sociais, só restava o enfrentamento armado. Na verdade, o recuo dos movimentos sociais ocorreu ainda no início do segundo semestre de 1968. A necessidade de contê-los foi uma justificativa da repressão para o AI-5, o que historicamente não se verifica. Se o AI-5 explicou e justificou a luta armada, jogou um véu sobre uma opção substancial que parte das esquerdas brasileiras vinham assumindo, antes de 1968, antes de 1964, ainda mesmo nos anos 1950.

Fica, então, a pergunta: por que a dificuldade de enfrentar a luta armada como uma opção de parte das esquerdas? Esta dificuldade leva a uma outra: na construção da memória, as esquerdas que dela participaram têm muitos problemas para explicar o isolamento para o qual a luta armada caminhou, no qual se perdeu e sucumbiu. Este limite não se dissocia do problema anteriormente abordado: a interpretação segundo a qual o isolamento em relação à sociedade ocorreu uma vez que estava submetida à força da repressão e não porque a sociedade não se identificou com o seu projeto.

Luta armada

Hoje, é impossível falar em luta armada sem se referir a três livros que permanecem como as mais importantes pesquisas a este respeito.

O primeiro é o já clássico *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, cuja primeira edição é de 1987. Gorender, antigo militante do PCB, que rompeu com o Partido para criar o PCBR, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, juntamente com outros antigos revolucionários, Mário Alves e Apolonio de Carvalho, ele mesmo historiador, fez uma investigação pioneira sobre a luta armada, na qual se conjugam o testemunho de quem dela participou e a pesquisa histórica. Como historiador, não buscou uma suposta imparcialidade para dar forma ao trabalho. O resultado é uma pesquisa rigorosa, emocionante e emocionada. Gorender reconstrói a conjuntura da época a partir

² - Salomão Malina, em suas memórias recentemente publicadas, reconhece articulações e projetos golpistas mesmo no interior do PCB (MALINA, S. 2002).

³ - Cf. por exemplo, RIDENTI, Marcelo, 1993. p. 62; AARÃO REIS Filho, Daniel, 1990.

de uma teia de informações que vai situando o leitor: as teorias que dão forma às organizações se misturam ao factual da vivência da luta armada. Nos trinta e três capítulos curtos e intensos, repletos de informações e ações, a narrativa aproxima-se do ritmo daqueles anos.

Jacob Gorender queria compreender por que nas duas vezes em que a esquerda pegou em armas - 1935 e 1968-74 - foi derrotada. Em relação ao segundo momento, a derrota começada em 1965 e «desfechada em definitivo a partir de 1968», explica-se pelo atraso com que a luta foi desencadeada. Não travada como resposta imediata ao golpe, só foi tentada «quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados». Neste momento, as condições já seriam desfavoráveis e a «esquerda radical» encontrava-se «mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas». Diante deste quadro, «a esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com idéias de impacto internacional nos anos 1960. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável». O ano de 1964 era o momento no qual «as condições históricas determinavam» a luta armada (GORENDER, pp. 249-250). A derrota se explicaria neste erro. A conjuntura era revolucionária, o golpe foi preventivo para evitar a revolução:

«avançava impetuosamente o maior movimento de massas da história nacional e o País já se achava no redemoinho de uma crise institucional. As diversas correntes da esquerda, marxista e não-marxista, souberam tomar a frente do movimento de massas, formular suas reivindicações e fazê-lo crescer. Cometeram erros variados no processo, mas o erro fundamental consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas» (GORENDER, p. 250).

Em 1964, a derrota ou a vitória das esquerdas contra os *golpistas* não era dada. Mas «a inação é que tornou a derrota inevitável».

Por um lado, a tese, até então comumente admitida, que explicaria as opções das esquerdas brasileiras em função de orientações internacionais, é rompida. Suas opções teriam sido «reforçadas», mas não decididas pelo movimento internacional. Por outro, acaba por confirmar a interpretação que as esquerdas armadas fizeram anos antes, responsabilizando o PCB pela derrota. Se é verdade que o início da década de 1960 assistiu ao «maior movimento de massas da história nacional», atribuir ao partido a responsabilidade da não-resistência ao golpe é manter a concepção que supervaloriza o papel do partido no processo social. Em outras palavras, mantém a interpretação das esquerdas revolucionárias da época que defendiam o papel decisivo do partido na condução da revolução. Neste sentido, as «condições revolucionárias» não se realizaram diante do

imobilismo do PCB, desarticulado em função da política de alianças. Ou, em outras palavras, Jacob Gorender desloca as «condições revolucionárias» da dinâmica social para a vanguarda.

É bom lembrar que o «maior movimento de massas da história nacional» do pré-1964 significou também a mobilização de expressivos segmentos das direitas. A organização da sociedade civil dava-se num espectro que ia da extrema-esquerda à extrema-direita.

Numa pesquisa na qual a própria memória do militante/historiador foi o eixo condutor, Gorender utilizou-se amplamente de entrevistas com antigos militantes, reconstruindo, assim, a memória da luta armada. Propunha, ainda, uma reflexão sobre questões que estavam em pauta no momento em que o livro era publicado - e ainda hoje, entre outras, a *violência do opressor*, incluindo a tortura, a *violência do oprimido*, incluindo o *justicamento*.

Em 1990, foi publicado *A revolução faltou ao encontro*, tese de doutorado em História de Daniel Aarão Reis Filho, ex-dirigente da Dissidência da Guanabara que ficou mais conhecida como MR-8, Movimento Revolucionário 8 de outubro, nome que assumiu no seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil (AARÃO REIS Filho, 1990). Polêmico, o livro encontrou grande resistência entre as esquerdas.

Trata-se de uma pesquisa completamente diferente da de Gorender. Num esforço também autobiográfico, o autor queria entender, assim como Gorender, a derrota da luta armada. O estudo comparativo das experiências das revoluções vitoriosas foi essencial para a compreensão dos caminhos e descaminhos da revolução brasileira. Nesta busca, aprofundou a interpretação de Gorender a respeito das supostas influências decisivas das orientações internacionais nas organizações comunistas brasileiras: tratava-se antes da necessidade de legitimação das posições assumidas internamente; em outras palavras, as orientações do movimento comunista internacional não tinham o peso que a repressão e as próprias esquerdas sempre lhes atribuíram.

Entretanto, Daniel Aarão Reis Filho rompeu com uma interpretação que permanecia verdade inquestionável, confirmada mais uma vez por Gorender: o inventário do «erros» dos partidos e de seus dirigentes. Não haveria um caminho a seguir determinado por leis históricas; a revolução não era inevitável, aconteceria ou não diante das circunstâncias e da disponibilidade dos *movimentos* sociais nesta direção e o partido não teria o poder de intervir decisivamente neste processo nem conduzi-lo: os estudos históricos confirmariam que os movimentos sociais muitas vezes surpreenderam os dirigentes organizados, revelando sua autonomia. Não raro, estes estiveram a reboque daqueles e não o contrário, como a memória das revoluções vitoriosas tendeu a ser construída; a classe operária não era por definição revolucionária. Neste sentido, as opções das

organizações e de seus dirigentes não poderiam ser compreendidas em função de «desvios». Nem existiria um suposto caminho certo e previsível nem os partidos teriam o poder de guiar ou conduzir as bases, as *massas*. Em outras palavras, haveria uma independência entre a ação dos revolucionários organizados em suas vanguardas e o processo que culmina na «situação revolucionária» e na revolução. Neste sentido, a derrota da revolução brasileira seria explicada não por suas ausências - «as debilidades, as lacunas, os erros, os pontos fracos das organizações comunistas que estariam determinando estas dolorosas experiências». A emergência da «situação revolucionária»... independe, em larga medida, da ação e do pensamento dos comunistas». Então, a busca dos acertos e dos erros levaria a interpretações equivocadas, sustentadas na «genialidade» dos revolucionários vitoriosos em oposição à «indigência» dos derrotados, e não a interpretações dos processos sociais. Os revolucionários brasileiros ficaram isolados, sem respaldo na sociedade; teriam encontrado «surdos ouvidos», «falta de vontade», o «"imobilismo de cadáver"». Os acontecimentos são revolucionários ou não independentemente dos revolucionários» (AARÃO REIS Filho, 1990, pp. 181 e 185).

A luta armada foi derrotada uma vez que não houve uma relação de identidade entre o seu projeto revolucionário e os movimentos sociais: «...as ações armadas, desfechadas desde 1967, não puderam constituir-se em expressão política de movimentos ou lutas sociais. Daí por que os "guerrilheiros" foram tão sumariamente massacrados nas sofisticadas salas de tortura da Marinha, do Exército e as Aeronáutica». Sequer as propostas de enfrentamento que não fossem de luta armada, como as propostas de greves operárias e manifestações de massas, encontravam ressonância nas classes sociais. Nos anos seguintes ao AI-5, o «novo ciclo de prosperidade» envolveria as «classes "exploradas e oprimidas", de forma desigual» no «gigantesco salto para a frente que o capitalismo brasileiro efetuará». Desta forma, «...o que impressiona é a defasagem entre suas propostas [dos revolucionários] e a realidade viva do processo social» (AARÃO REIS Filho, 1990, pp. 72 e 73).

O autor rompe com a dicotomia «opressor» e «oprimido» tão cara às esquerdas dos anos 1960 e 1970 e que permanece em Gorender. A derrota da luta desencadeada em 1967 não se deu em função da melhor organização da repressão, como interpretou Gorender, e sim pela distância intransponível do projeto das esquerdas de mudanças pela subversão da ordem estabelecida e o desejo de mudanças da sociedade que deveriam acontecer no âmbito da ordem, da afirmação do sistema econômico e da elite política autoritária e conservadora.

Apesar de compartilhar a tese segundo a qual as opções quanto a mudanças ou permanências são feitas pela sociedade que escolhe seus caminhos em função das «estruturas de escolhas disponíveis em dado momento» (PRZEWORSKI, 1989), independentemente de partidos e

organizações, dirigentes e lideranças políticas sejam eles de direita ou de esquerda, revolucionários ou conservadores, a tese de Daniel Aarão Reis Filho acaba tratando a «situação revolucionária» como uma realidade nebulosa, quase etérea.

O livro não introduz o leitor na vivência da luta armada através da narrativa das principais ações, como fizera Gorender. Por outro lado, o estudo é capaz de levar à compreensão, melhor do que qualquer outro, do que eram as organizações armadas, como funcionavam como instrumento revolucionário, quais as idéias que lhes davam forma e o sentido que estas idéias assumem naquele contexto. A compreensão da vanguarda é fundamental para explicar a derrota, revelando o abismo entre seus valores e referências e os da sociedade.

Daniel Aarão Reis Filho não se limitou à Utopia - embora saibamos a força mobilizadora e impulsionadora que ela teve na História - para responder o que muitos que não viveram a experiência se perguntam ao ouvir os relatos de incontáveis histórias da luta armada: como aquelas pessoas, tão poucas, jovens, sobretudo, enfrentando as forças armadas e as polícias, numa desigualdade desmensurada de recursos materiais foram capazes de acreditar que, através de suas ações seriam capazes de vencer o inimigo apoiado pela principal potência econômica e bélica? Como eram capazes de se empenhar numa luta de vida e de morte em tais condições?

Para o autor, «as organizações de estado-maior, por sua natureza, estruturam sua coesão interna com base em postulados e mecanismos de funcionamento que escapam em grande medida às contingências da realidade imediata». Estes postulados dão forma ao «marxismo-leninismo»: a inevitabilidade da revolução socialista, o papel revolucionário do proletariado neste processo e a indispensabilidade do partido revolucionário. Revelam-se inquestionáveis - «mitos». No que diz respeito, sobretudo, aos «militantes de níveis inferiores», estes pressupostos se desdobram na «estratégia da tensão máxima»: «o complexo da dívida; o leque das virtudes; o massacre das tarefas; a celebração da autoridade; a ambivalência das orientações; e a síndrome da traição» (AARÃO REIS Filho, pp. 107 e 118). Estes princípios dão coesão às organizações e, talvez, a tensão aí contida seja responsável em grande parte pela fragmentação em inúmeras facções. A compreensão que as organizações tinham de si mesmas como vanguarda, ou seja, como elites políticas, legitimadas e justificadas em função de uma teoria científica acabou levando ao afastamento em relação à sociedade, à incompreensão das suas opções, tradições, perspectivas, enfim, ao desconhecimento da realidade que se queria transformar.

Por fim, o sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; era anterior a ela: tratava-se antes de um projeto político de combate à ordem política e econômica vigente antes de 1964.

Em 1993, Marcelo Ridenti publicou *O fantasma da revolução brasileira*, sua tese de doutorado em Sociologia. Era o primeiro pesquisador da luta armada que não tinha sido militante político. Nascido em 1959, faz parte de outra geração e, por isto mesmo, queria recuperar uma história que ao longo de sua infância e sua adolescência surgia, aqui e ali, velada, encoberta pelos silêncios; uma geração que se sentia roubada deste passado. Aparecia, assim, uma pesquisa na qual havia o distanciamento temporal entre objeto e pesquisador.

Como Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis Filho, Ridenti queria compreender a revolução derrotada. Chamava a atenção para a necessidade de desvendar o *fantasma da revolução brasileira*, que teria várias faces: «a face do projeto de revolução democrática derrotado em 1964, da proposta comunista putschista de 1935, a da guerra de guerrilhas em suas várias vertentes entre 1968 e 1972 etc.; e, por outro lado, o fantasma das ditas revoluções de 1930 e de 1964, levadas a cabo pelas classes dominantes e pelas Forças Armadas» (RIDENTI, p. 22). A sua contribuição seria, então, refletir - para além da derrota das propostas e ações da esquerda armada urbana nos anos 1960 e 1970 - sobre o seu legado.

A compreensão da luta e da lógica destas organizações seria importante para a geração que vinha em seguida, na construção da «utopia do futuro». Por desconhecer este passado, sentia-se alheia às lutas da geração anterior, sem compreender as razões de suas opções. Assim, a pesquisa de Ridenti também é um ajuste de contas com sua história de vida, mas no sentido inverso ao dos autores citados: a busca de respostas para uma geração que não havia participado politicamente do passado recente; desconhecendo-o, idealizava suas lutas ou não via nenhum sentido nelas.

Utilizando-se da análise sociológica das classes médias - «desvendar o significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente dos armados, entre 1964 e 1974...» - às quais a maior parte dos militantes da luta armada estava ligada, Ridenti vê o isolamento das vanguardas como o resultado da impossibilidade de elas representarem politicamente a classe trabalhadora. Aí estaria a contradição que levou à derrota. Diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, mantém-se fiel à idéia de que os interesses se definem em função do lugar na sociedade, ou seja, das classes sociais. O problema da pouca expressão da classe trabalhadora na luta armada não leva à reflexão acerca dos seus interesses concretos, uma vez que estes são dados pela teoria. Se a história não comprovou suas opções revolucionárias não é porque fizeram outras escolhas, mas devido a uma crise de representação.

O trabalho de Ridenti sustenta-se em farta documentação escrita e revela a importância das entrevistas e das biografias e autobiografias de militantes na construção da memória. Através da

agitação cultural das esquerdas nos anos 1960 e 1970 - música, literatura, cinema, teatro - , reconstrói a cultura política que dava sentido às lutas.

Ridenti, assim como Gorender e diferentemente de Daniel Aarão Reis Filho, vê a resistência à ditadura militar como essencial no sentido da luta armada.

Com objetivos e características bem diferentes, vale destacar a pesquisa realizada pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*, que chegou ao grande público a partir da publicação de dois livros. O primeiro, em 1985, *Brasil: Nunca Mais*, que teve o importante papel de divulgar as práticas mais nefastas do regime, com um estudo detalhado da tortura e toda a sua sofisticação a partir do uso sistemático como política de estado (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Com prefácio de D. Paulo Evaristo Arns, este volume ganhou grande repercussão e foi amplamente vendido. A segunda publicação, *Perfil dos atingidos*, (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987) traz um estudo dos setores sociais e das organizações atingidas pela repressão. Aí aparecem breves históricos das quarenta e quatro organizações de vanguardas surgidas a partir de 1961⁴.

Como obra de referência, em 1985, já havia sido lançado *Imagens da revolução*, organizado por Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá, com a transcrição de documentos das organizações mais expressivas ligadas à luta armada entre 1961 e 1971 (AARÃO REIS Filho e SÁ, 1985). Tratava-se de um esforço dos dois ex-militantes - Jair fora dirigente da AP, Ação Popular - para recuperar e preservar os documentos⁵. Em *Imagens*, Daniel Aarão Reis Filho apresenta uma visão panorâmica sobre a luta armada e breves históricos das organizações utilizando-se do conceito de *Nova Esquerda* que, nos estudos posteriores, foi rejeitado. A esquerda que surgia a partir de 1961 pretendendo ser um marco zero na política brasileira, rompendo com as tradições do país e do antigo PCB, sofria igualmente as influências da sociedade da qual era resultado. As continuidades e as rupturas faziam parte da sua vivência.

Em um outro momento, temos a publicação de duas obras: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (COMISSÃO de familiares de mortos e desaparecidos políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado, Grupo Tortura Nunca Mais, RJ e PE, 1996), e *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar* (MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos, 1999). Resultados das investigações de comissões de defesa de

⁴ - O *Projeto Brasil: Nunca Mais* encontra-se no Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP.

⁵ - Todos os documentos recuperados foram doados por Daniel Aarão Reis Filho e Ângela Borba, viúva de Jair Ferreira de Sá, ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e estão classificados como Coleções com seus nomes.

direitos humanos para responsabilizar o estado por suas práticas nos anos da ditadura, são hoje referência para os estudiosos do assunto.

Em um sentido também diferente, há uma produção cinematográfica que surpreende pela quantidade de filmes a respeito da luta armada, ainda que, como no caso das memórias, poucos tornaram-se conhecidos do grande público e tiveram, de fato, um papel na construção da memória da luta armada. Um estudo sobre o tema levanta cerca de quarenta filmes que, de uma forma ou de outra, abordam o tema (BARROS CASSAL, 2001) .

Por fim, há as autobiografias, biografias e memórias que representam uma fonte inesgotável para a reconstrução deste passado. Da mesma forma, as entrevistas realizadas pelos autores aqui citados e por outros revelam um enorme potencial a ser explorado.

As esquerdas revolucionárias

Em janeiro de 1961, surgiu a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária), dando início a um processo que caracterizou parte das esquerdas brasileiras nos anos seguintes: o aparecimento, no contexto da ascensão e da polarização dos movimentos sociais, de diversas organizações, que se afirmavam, no campo da esquerda, como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O *Projeto Brasil: Nunca Mais* listou quarenta e quatro organizações/partidos políticos.

Neste mesmo ano, a Revolução Cubana assumia a perspectiva socialista e confirmava a possibilidade da vitória da revolução no continente latino-americano.

Apesar das diferenças, muitas vezes aparente, elementos comuns estruturaram as várias organizações de vanguarda. Todas faziam severas críticas à linha e à prática adotadas pelo PCB nos últimos anos. A análise do Partido acerca da realidade brasileira era equivocada e levou a um posicionamento igualmente errado na luta política. De uma forma ou de outra, as organizações recuperavam a necessidade do enfrentamento armado que a esquerda brasileira havia abandonado. Negavam também o papel revolucionário da burguesia brasileira que levava à prática de alianças defendida pelo antigo partido seguindo, por sua vez, as recomendações da Internacional Comunista de formação de frentes populares.

A derrota da esquerda em 1964 confirmava o equívoco do PCB, responsabilizado pela desmobilização dos trabalhadores, no momento do golpe. O PCB desviara a classe operária de seu destino revolucionário, compactuando com o «getulismo». A legislação trabalhista era uma concessão de Getúlio Vargas e um meio de barganhar com os trabalhadores. Assim, os interesses

burgueses continuavam impondo-se, em troca de favorecimentos econômicos imediatos. O golpe confirmava, então, a pertinência da ruptura com o PCB e incentivava o surgimento de organizações de luta armada.

O surgimento destas organizações recuperava os princípios marxistas-leninistas: a inevitabilidade da revolução, a imprescindibilidade do Partido e o papel histórico da classe operária na revolução (AARÃO REIS Filho, 1990). O Partido era a vanguarda, um grupo reduzido de militantes, de elite, capaz de guiar as massas, legitimada pela ciência, pela teoria que elevaria o nível das massas, *conscientizando-as*, despertando a classe operária para o papel que historicamente lhe era destinado. Algumas já se autodefiniam como partido; outras como um «partido em construção»; outras como uma organização com uma estrutura não-burocratizada e mais adequada à luta revolucionária, evitando conhecidos vícios. Neste último caso, embora a fórmula do partido não seja defendida como prioridade, como entre os defensores do foquismo e até mesmo recusada, como no caso da ALN, Ação Libertadora Nacional, na prática, todas organizações acabavam funcionando como um grupo de vanguarda, de elite, que se imaginou à frente do processo revolucionário.

Outro ponto comum nas organizações foi a supervalorização da ação, ainda que mais presente em umas que em outras. Até então, a esquerda - leia-se o PCB - muito discutira e pouco agira. «A obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução», diria Carlos Marighella, antigo militante do PCB que rompeu com o partido em 1967 para criar uma organização que viria a ser a ALN, principal organização de luta armada e a que mais extremou a valorização da ação e o desprezo pelas discussões e formulações. A luta armada era tarefa do presente.

Algumas diferenças entre as organizações levaram à grande fragmentação, que pode ser explicada diante das condições de clandestinidade nas quais lutavam. Neste caso, as divergências ganhavam uma dimensão realmente essencial na medida em que levavam a práticas cujas conseqüências podiam levar à vida ou à morte. Por outro lado, as divergências acabavam por falsificar a importância real de muitas das discussões. Assim, as organizações estiveram envolvidas em múltiplas cisões, diluindo ainda mais o número de militantes, que nunca foi tão expressivo, em vários pequenos grupos.

A partir da análise dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar, o *Brasil: Nunca Mais* calculou os números dos envolvidos na luta armada. Seriam 4.935 os réus incluídos na categoria-tipo «militância em organizações partidárias clandestinas». Quanto à participação em ação violenta ou armada», 1.464 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1988, p. 12). É difícil saber o número de simpatizantes, pessoas que atuaram como apoio sem se envolver diretamente na luta armada. Na verdade, a própria definição de simpatizante não chega a ser rígida. Segundo as

categorias-tipo «Simpatizantes dessas organizações» e «Qualquer outra ligação com essas organizações [excluindo militantes e simpatizantes]», o *Brasil: Nunca Mais* calculou 172 e 173, respectivamente, dados que, certamente, estão muito aquém do número real .

Algumas organizações, seguindo as análises da POLOP, sustentaram que a revolução seria socialista; outras continuaram, como na tradição pecebista, a ver a revolução em duas etapas, de libertação nacional e, em seguida, socialista.

A reatualização do marxismo-leninismo acontecia num contexto de revalorização da revolução no cenário internacional com o foquismo e o maoísmo. O foquismo «adaptava» a revolução para a realidade latino-americana, respaldada numa certa leitura da significativa vitória cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, «adaptava» a revolução num país com forte tradição rural.

Em Cuba, a questão da *exportação da revolução* para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência e consolidação da revolução no país⁶. Nesse momento, os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro. A revolução teria se desencadeado e tornara-se vitoriosa a partir de uma vanguarda de guerrilheiros capazes de subverter a ordem e reorientar os rumos do país. No processo de construção da memória da revolução ainda no calor dos acontecimentos, pouca ênfase foi dada à conjuntura, na qual o clima de descontentamento e revolta contra a ordem estabelecida havia levado à mobilização e à organização da sociedade. Quando os revolucionários desembarcaram em Cuba, um episódio tantas vezes narrado como um quadro épico, não estavam sozinhos. Ao contrário, encontravam uma situação plenamente favorável à sublevação⁷. Assim, os revolucionários, ao construir a memória da revolução, não romperam com a maneira pela qual, tradicionalmente, os vencedores constroem o passado. Aliás, como sabemos, assim tem sido em todas as revoluções.

O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países do Terceiro Mundo, em especial para os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições. Nada como um exemplo, um modelo a ser seguido, equacionando as dificuldades, apontando soluções, propondo caminhos, encorajando a luta. Essa construção não serviria, exclusivamente, aos guerrilheiros dos países latino-americanos. Sobretudo internamente, fortalecia Cuba, redirecionando a força da sociedade para a vanguarda, potencializando-a, colocando aquela refém desta.

⁶ - A síntese que se segue sobre o apoio de Cuba à luta armada no Brasil está em ROLLEMBERG, D., 2001. Sobre a política de *exportação da revolução*, ver BENIGNO, 1996, MONIZ BANDEIRA, 1998 e ROLLEMBERG, 2001.

⁷ - Não é o caso aqui de desenvolver essa questão do mito do foco guerrilheiro, uma vez que diversos autores já a abordaram em detalhes sem deixar dúvidas a respeito de sua construção. Cf. GORENDER, 1987. p. 82.

Externamente, redefiniria o país no cenário do movimento comunista internacional, fazendo da pequena Ilha tão próxima dos EUA *o primeiro território livre da América Latina*.

Cuba apoiou, concretamente, os brasileiros em três momentos bem diferentes. O primeiro foi anterior ao golpe civil-militar. Nesse momento, os aliados preferenciais do governo cubano eram as Ligas Camponesas. Após a instauração do novo regime e, desarticuladas as Ligas, o apoio cubano foi deslocado para o grupo liderado por Leonel Brizola. Este compunha-se de lideranças dos movimentos sociais do período pré-1964, tendo como base os sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas, políticos e outras lideranças de movimentos sociais próximos ao ex-governador, todos exilados no Uruguai, onde se aglutinaram em torno da organização MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário. De volta ao Brasil e articulados a militantes no Brasil e no Uruguai, ensaiaram a implantação de cinco focos, com destaque para o de Caparaó, no Espírito Santo. Isolados, a população local estranhou a presença inexplicável daqueles quatorze homens na serra, denunciando-os para a polícia militar do estado. Em abril de 1967, sem que houvesse enfrentamento, a tentativa de foco tornou-se pública e seus integrantes foram presos. A partir daí, Brizola desmobilizou o que seriam os outros focos do MNR.

A chegada dos guerrilheiros à Serra de Caparaó - outubro - coincidiu com a ida de Che Guevara para a Bolívia, em 19 de outubro de 1966 (entrou no país em 7 de novembro). O grupo de revolucionários preparado para implantar a guerrilha, que sublevaria o continente, partiu em grupos até dezembro. Benigno, integrante da missão, chegou em dezembro. A escolha da Bolívia foi feita em março de 1964, por Guevara. Até dezembro de 1967 a luta armada irromperia em vários países da América Latina, inclusive no Brasil (BENIGNO, 1996, p. 149).

Moniz Bandeira informa a respeito das tentativas de articulação das lutas no Brasil com o projeto de Che (MONIZ BANDEIRA, 1998). Em novembro de 1966, por exemplo, exatamente quando *começava* Caparaó, Guevara teria ido a Montevidéu e encontrado Brizola. Benigno diz que o trajeto de Che foi Havana, Moscou, Praga, Paris, Rio de Janeiro, Corumbá, Cochabamba e La Paz (BENIGNO, 1998, p. 136). Avelino Capitani, liderança dos marinheiros e guerrilheiro de Caparaó, afirma que o coronel Dagoberto Rodrigues, do MNR, acompanhou Che do Uruguai à Bolívia (CAPITANI, depoimento a DR., 1999). Na mesma época do possível encontro de Che com Brizola, teria havido um outro, o de Che, em São Paulo, com Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dirigentes da ALN. Capitani atesta, ainda, que o foco do Mato Grosso, comandado por Marco Antônio da Silva Lima, e a frente fronteiriça, que fazia parte dos planos do MNR, tinham a função de manter a ligação com Che e outra frente no norte do Paraná faria a conexão nas fronteiras (CAPITANI, depoimento a DR, 1999; CAPITANI, 1997, p. 101).

Não fica claro, no entanto, como se efetivaria esta ligação. A própria escolha de Caparaó pode ter a ver com as articulações com Cuba. Moniz Bandeira tem informações de que o local havia sido estudado para a implantação do foco com militantes das Ligas Camponesas desde 1963 e que a POLOP tentou fazer foco aí em 1964, depois do golpe, com sargentos e marinheiros, mas o plano teria sido abortado (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 570). Flávio Tavares, integrante do MNR e envolvido na preparação dos focos, lembra que a localização não era, a princípio, Caparaó, e sim o norte do Rio Grande do Sul e sudoeste de Santa Catarina. A mudança ocorreu no inverno de 1965, devido à queda do subcomandante do foco (TAVARES, 1999, p. 195). Em todo caso, Benigno narra que a região de Ñancahuazu, a leste da Bolívia, onde Che tentou implantar o foco na mesma época,

«...reunia todas as condições para ser utilizada como campo de treinamento para os cento e vinte bolivianos que deviam se encontrar lá, ao mesmo tempo que argentinos, peruanos e brasileiros. Estes não podiam ser treinados em Cuba, pois neste momento só se podia encaminhá-los para a Ilha passando pela Europa. Assim, procurou-se um lugar na Bolívia, país limítrofe do Peru, do Paraguai e do Brasil, que se prestasse à preparação de numerosos combatentes a custos menores. Depois do ataque a um quartel de Sucre, previsto para 26 de julho de 1967, os argentinos passariam para a Argentina com Che, os peruanos para o Peru com Hugo Blanco etc. Pensava-se que no fim de 1967 toda a América Latina seria afetada pela luta armada. Havia, de fato, muitas forças um pouco em todos os lugares e o projeto cubano de estender a guerrilha a todo o subcontinente não era tão ruim» (BENIGNO, 1996, p. 149).

A partir de 1967, desarticuladas as tentativas de implantação da guerrilha ligadas ao MNR, Carlos Marighella surgiu para os cubanos como o principal nome da revolução no Brasil⁸. Daí até o início dos 1970, Cuba treinou guerrilheiros de organizações de vanguarda que seguiram o caminho da luta armada, principalmente, da ALN, da VPR e do MR-8. Cuba elegeu, então, a organização de Marighella como a mais apta, mas sem deixar de apoiar as outras duas, para desencadeá-la.

Como sabemos, Marighella estivera presente na conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, que estenderia a revolução pela América Latina. Este ato significava o rompimento do antigo militante com o PCB contrário à luta armada. Já a partir de setembro, ou seja, logo depois da formação da OLAS, os primeiros militantes enviados por Marighella a Cuba começaram o treinamento. Até o início dos anos 1970, militantes de organizações de vanguarda integraram os chamados *Exércitos da ALN*, ao todo quatro, passando pela experiência do treinamento oferecido a guerrilheiros de diversas nacionalidades da América Latina.

⁸ - Carlos Marighella esteve em Cuba entre junho e dezembro de 1967.

A guerrilha no Brasil era estratégica devido à dimensão territorial do país e à sua posição política e econômica no continente. Neste contexto, tanto entre as esquerdas como entre a direita, sempre houve uma espécie de mística em torno das relações dos dirigentes revolucionários com Cuba e, em particular, de Marighella com Cuba. A ALN e seu idealizador pareciam representar, melhor do que as Ligas Camponesas e o MNR, e suas respectivas lideranças, a vanguarda concebida no espírito da supervalorização da ação e justificada pela teoria do foco. A própria maneira pela qual se deu o rompimento de Marighella com o PCB, simbolizado pela ida a Cuba, alimentou esta idealização. Para a direita, era a prova da ingerência do comunismo internacional nos rumos internos do país. Para a esquerda que aderiu ao foquismo ou que, simplesmente, viu nos acontecimentos na Ilha a comprovação de que a revolução estava sim no horizonte, mesmo diante de situações as mais adversas, o apoio de Cuba representava legitimação e *status*.

Entretanto, ao pesquisar o apoio de Cuba à luta armada brasileira, ia ficando claro que as relações de Marighella e da ALN com Cuba, mesmo depois de sua morte, em novembro de 1969, não eram sem tensões e conflitos. Se o apoio era bem recebido, não significava, para Marighella, o meio pelo qual o governo cubano iria intervir nos rumos da revolução brasileira. O apoio jamais levaria à perda da autonomia da organização, à entrega da direção da guerrilha e, muito menos, à subserviência. Esta foi a sua posição até o fim, resistindo às tentativas de Cuba de intervir na organização que estaria à frente da revolução num país estratégico para a vitória no continente e, assim, na própria Ilha. Alguns episódios evidenciam esta tensão. Em outras palavras, as relações entre Marighella e Cuba não eram tão *tranqüilas* com pareciam para a esquerda e a direita. Joaquim Câmara Ferreira, quando assumiu a direção da ALN, teria tido mais dificuldade de resistir às pressões. Ainda assim, as contradições jamais foram resolvidas (PAZ, Carlos Eugênio e FERNANDES, Domingos, entrevistas concedidas a DR, 2000).

Jacob Gorender, tentando compreender a formação do pensamento de Marighella, no qual foi estruturada a ALN, destaca a estada em Cuba, entre junho e dezembro de 1967, quando «sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas». No entanto, acredita que, nos textos escritos lá e nos posteriores, «delineia-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo castro-guevarista a certos dados da experiência brasileira». Nesta síntese, elementos do pensamento individual foram incorporados. Na base de tudo, encontra-se o princípio da ação: «É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repete-se a sentença de Fidel Castro)». Gorender identifica «o ativismo, a exaltação da violência e o antiteoricismo» de seu pensamento ao anarco-sindicalismo de Sorel. Quanto à guerrilha rural,

«Marighella também introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Após o fracasso, no Brasil, do foco de Caparaó e da derrota de Guevara, na Bolívia, o foquismo puro e simples foi questionado pelos partidários da luta arma. Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Todavia, a modificação introduzida é secundária no contexto geral. O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política» (GORENDER, 1987, pp. 95-98).

Marighella tinha longa experiência como militante comunista, viveu como tantos outros de sua geração os debates internos no PCB, a efervescência dos movimentos sociais de direita e de esquerda do período pré-1964, enfim, toda uma conjuntura de participação política que foi golpeada em 1964. Exatamente porque incorporou as teses cubanas sem se desfazer da realidade brasileira, o caminho proposto pela teoria do foco - «a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas» - parecia perfeito a países como o Brasil, onde os movimentos sociais inexistiam ou estavam desorganizados diante de circunstâncias adversas. «O foquismo se mantém» em seu pensamento e, assim, na ALN, mas, talvez, para justificar a avaliação que tinha da realidade de seu país, para legitimar, numa revolução vitoriosa, uma opção feita *a priori*. É, portanto, neste quadro de independência e apoio de Cuba que se inscrevem as relações que se iniciaram em 1967.

O cisma sino-soviético, em 1963, possibilitou a percepção do maoísmo como alternativa no movimento comunista internacional, mais propriamente às orientações soviéticas. Na verdade, as tensões entre os dois países vinham se desdobrando desde 1956-1957 e tornaram-se públicas em 1960. No Brasil, em 1962, havia ocorrido uma cisão no PCB, resultando na formação do PC do B. Nas origens do conflito, o abandono do enfrentamento violento, as críticas ao stalinismo e a defesa da luta armada.

Até 1969, o PC do B atuou, simultaneamente, no campo das lutas legais e clandestinas. Somente a partir de 1969, centrou-se na defesa da luta armada, embora a defendesse desde 1962. Entretanto, opunha-se ao foquismo cubano devido ao caráter militarista e ao desprezo da participação dos movimentos sociais e da direção do partido. Para Jacob Gorenader, com o rompimento entre China e URSS, o PC do B compreendeu a realidade brasileira à luz das interpretações de Mao Zedong para a realidade chinesa, traduzida na guerra popular prolongada (GORENDER, 1987). Daniel Aarão Reis Filho defende, entretanto, que desde a formação de uma «esquerda maoísta» no PCB, que data do início da desestalinização, liderada por Diógenes Arruda,

o maoísmo foi pensado como alternativa. Na verdade, esta posição vinha inclusive de antes, como atesta o Programa de 1954, no qual o maoísmo estava bastante presente (AARÃO REIS Filho, 1991).

Respaldado no maoísmo, o PC do B definia que a luta armada deveria ser desencadeada do campo para as cidades, priorizando a construção do partido nas áreas rurais. Esta posição poupou o PC do B da dizimação da qual as demais organizações foram alvo e explica a razão pela qual entre 1972 e 1974, era a única que continuava a fazer a luta armada: a Guerrilha do Araguaia, região ao sul do Pará de onde se iniciaria a guerra popular.

Também antes do golpe, militantes do PC do B foram fazer treinamento: «bem às vésperas do golpe, a 29 de março de 1964, viajou para a China uma turma de dez militantes do PC do B, a primeira a realizar ali um curso político-militar. Até 1966, mais duas turmas farão este curso» (GORENDER, p. 107). A Ação Popular, AP, após o abandono da teoria foquista e a adesão ao maoísmo, em 1967, igualmente teve militantes fazendo treinamento político-militar na China (GORENDER, p. 113).

A idéia da capacidade de a vanguarda «criar» o processo revolucionário, substituindo os movimentos sociais, num voluntarismo que superdimensionava a ação, levou ao militarismo. A VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, uma das organizações que mais atuou na luta armada e que, assim como a ALN, extremou o militarismo chegou a formular uma revisão quanto ao papel da classe operária na revolução. Suas teses tiveram um caráter original na esquerda armada, influenciando outras organizações, sobretudo, na última fase da luta. Baseavam-se no pensamento de esquerda heterodoxo que defendia que somente os que não haviam sido «integrados» ao sistema podiam levantar-se contra o capitalismo, no primeiro momento da revolução. Assim, deslocava o centro revolucionário da classe operária para os setores «marginais». Esta revisão do marxismo ortodoxo, influenciada por Herbert Marcuse, acabou servindo para justificar e legitimar a prática militarista e o isolamento da vanguarda em relação à sociedade que as organizações marxistas-leninistas encarnavam.

Entre 1961 e 1971-2, as organizações surgiram e foram desmanteladas pela repressão. Restou apenas o PC do B que teve a sua guerrilha derrotada em 1974. Por volta de 1972, os militantes da luta armada, salvo os do PC do B, estavam mortos, presos, no exílio, clandestinos dentro do país. A rápida vitória da repressão pode ser explicada por dois fatores: a ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário, que levou ao seu isolamento; a tortura como recurso amplamente usado pelos órgãos oficiais para a eliminação dos militantes. O aperfeiçoamento dos aparelhos de repressão tem sido apontado para explicar o êxito da repressão. Entretanto, este apenas foi possível no quadro social do isolamento e do uso sistemático da tortura.

A reinserção dos que sobreviveram na sociedade brasileira só aconteceria no contexto da lei da anistia de agosto de 1979 e da reforma da lei de segurança nacional que possibilitou a libertação dos presos políticos, ainda que excluídos da lei de anistia.

A luta armada ficou mais conhecida por suas ações nas cidades - a guerrilha urbana - do que por sua atuação no campo. Ironia da História, pois as organizações sempre a viram como um meio de preparar a guerrilha rural. Seria aí o enfrentamento.

As ações armadas iniciadas em 1967 intensificam-se depois do AI-5, quando muitos jovens do movimento estudantil, acuado já no início do segundo semestre de 1968, migraram para as organizações de vanguarda. Como vimos, a opção pela luta armada já estava presente em parte da esquerda brasileira, ainda no período do governo institucional de João Goulart, quando as Ligas Camponesas receberam apoio de Cuba para montar campos de treinamento guerrilheiro no Brasil visando à preparação de militantes para o confronto armado. Estes sítios foram descobertos e amplamente divulgados na grande imprensa. Depois, entre 1965 e 1967, houve as articulações do MNR, concretizadas na derrota de Caparaó.

Apesar de haver um caminho pelo qual parte das esquerdas vinha optando, as guerrilhas pós-AI-5 desencadeadas por organizações como a ALN, a VPR, o MR-8, o MOLIPO, Movimento de Libertação Popular, os COLINA (Comandos de Libertação Nacional), o MRT, Movimento Revolucionário Tiradentes etc. têm especificidades em relação ao momento anterior. Militantes ligados às experiências já realizadas anteriormente, como por exemplo os ex-marinheiros do MNR «reaparecem» nesta fase. No entanto, a maior parte dos militantes da luta armada, nos anos 1960 e 1970, são originários das classes médias urbanas, escolarizados, do sexo masculino e jovens (RIDENTI, 1993), diferentemente dos militantes integrados ao projeto de luta armada das Ligas Camponesas e do MNR.

Um quarto momento - ou a última fase do terceiro momento - foi o retorno à guerrilha rural, com o Araguaia do PC do B, entre 1972 e 1974, quando a guerrilha urbana estava devastada, com seu cortejo de mortes, prisões, torturas.

As ações nas cidades visavam à «desapropriação», segundo o vocabulário e concepção das organizações, de dinheiro e armas para preparar a guerrilha rural e como meio de «propaganda» da luta. Um sem-número de ações de *expropriação*, assaltos a bancos, a estabelecimentos comerciais foram feitos nestes anos. Mas, sem dúvida, as ações de maior impacto foram os seqüestros de diplomatas, quatro, ao todo, quando a própria existência da luta torna-se notícia internacional. Pelo simbolismo, podemos destacar também a saída, em janeiro de 1969, do capitão Carlos Lamarca com mais três homens do Quarto Regimento de Infantaria, em Quintaúna, perto de São Paulo, levando sessenta e três fuzis FAL e outras armas. Com esta ação, Lamarca tornava pública a opção

pela luta armada. Talvez pudéssemos relacionar aqui também a «desapropriação» do cofre de Adhemar de Barros, ação da VPR/VAR-Palmares, Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares. Aqui, além da vultosa quantia de dólares obtida num só golpe, ficou o sabor especial do confisco de dinheiro de um político conhecido pela «desapropriação» dos cofres públicos em benefício próprio. Outra ação, embora não tenha tido o mesmo impacto na população, mas que teve um significado particular na esquerda armada, foi o *justicamento*, como se dizia, ou seja, a execução do empresário Henning Boilesen, conhecido financiador da tortura. A ação ocorrida em São Paulo, foi planejada e executada pela ALN e pelo MRT, em abril de 1971.

Os seqüestros foram um recurso para libertar presos políticos e tinham um grande impacto, na medida em que tornava pública, no país e no exterior, a existência da luta armada e de presos políticos, que o governo negava reiteradamente. A ousadia destas ações invertia - ou aparentemente - invertia - a correlação de forças entre repressão e guerrilha, criando a ilusão de que alguns guerrilheiros podiam «vencer» os que estavam no poder e as potências capitalistas, simbolizadas por seus diplomatas.

No seqüestro do embaixador americano, em 4 de setembro de 1969, o duplo impacto: o fato de ser uma situação inédita no país e, sobretudo, a ousadia em se tratando do diplomata da maior potência ocidental em plena Guerra Fria, símbolo para as esquerdas do imperialismo e da exploração. A ação foi idealizada por um dirigente da DI-GB, Franklin Martins, e realizada pela organização e pela ALN. Além da libertação de quinze presos políticos - entre eles Vladimir Palmeira e José Dirceu, as duas lideranças estudantis de maior expressão, e Gregório Bezerra, antigo comunista do PCB, preso desde 1964 -, outra condição para a libertação de Charles Burke Elbrick foi a leitura e a publicação nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país de um manifesto. Escrito por Franklin Martins, explicaria à população a ação, divulgando os propósitos da luta armada. Mais do que isto, o manifesto, lido no Jornal Nacional, da Rede Globo, era um desafio ao governo, uma ousadia que ia muito além das forças reais com as quais os guerrilheiros podiam contar. A mensagem anunciava: «...o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural»⁹. Falava em revolução, ações armada, ditadura, exploração dos banqueiros, prisão política, opressão, carrascos e torturadores, guerrilha rural, rapto, terror, exploradores e explorados, imperialismo, arrocho salarial, estrutura agrária injusta, repressão institucionalizada, troca de general no poder, vida de miséria, tortura, prisões-quartéis, justicamento, combatentes assassinados nas prisões, vingança: «Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões. Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia» (p. 229). A luta armada era o

⁹ - O manifesto foi reproduzido na íntegra em AARÃO REIS Filho, Daniel (org.), 1999.

confronto do povo brasileiro contra o regime. Todos estes ingredientes altamente explosivos, agitados num tom audacioso e desafiador. Por fim, concluía: «...queremos advertir àqueles que torturam, espancam e matam nossos companheiros: não vamos aceitar a continuação dessa prática odiosa. Estamos dando o último aviso. Quem prosseguir torturando, espancando e matando ponha as barbas de molho. Agora é olho por olho, dente por dente» (p. 230).

As ações espetaculares davam à esquerda armada uma ilusão acerca das suas reais condições no enfrentamento. Ao êxito do seqüestro, seguiu-se uma repressão brutal às organizações, desencadeando inúmeras prisões e morte de militantes. Neste contexto, foi assassinado Carlos Marighella, em novembro de 1969. Marighella se opusera ao seqüestro, considerou que desencadearia uma reação para a qual as organizações não estavam preparadas. Como dirigente da ALN, entretanto, não impediu a sua realização, agindo de forma coerente com os princípios da organização. Crítico à estrutura centralista do PCB, concebeu a ALN como uma organização descentralizada, na qual os militantes tinham bastante autonomia para formar grupos que planejassem e executassem ações. Há ainda versões, segundo as quais, Marighella não teria tido condições de impedir, sendo mesmo surpreendido pela ação para a qual não foi consultado uma vez que estava viajando pelo Brasil.

Carlos Marighella criara a ALN, moldou-a a sua imagem e semelhança. O PCB havia se engessado, se imobilizado numa estrutura burocratizada, perdendo o sentido da revolução, da ação, do fazer a revolução. Bastava de reuniões, de conversas, de teoria. «A obrigação do revolucionário é fazer a revolução». Marighella tem sido identificado, como o que extremou o militarismo da luta armada, até pela dificuldade de separá-lo da ALN, uma das organizações de maior atuação na guerrilha urbana. No entanto, é interessante notar as idéias para a preparação da revolução que as entrevistas com militantes que conviveram com ele revelam. Marighella acreditava que era preciso criar uma ampla rede de contatos em todo o país. A ALN seria uma peça importante, mas uma peça num grande quebra-cabeça. Assim, fazia inúmeros contatos. Pessoas que circulavam pelo país, comissários de bordo que atravessavam o país levando e trazendo orientações, militantes deslocados para o interior, que compravam sítios e aguardavam o momento oportuno para atuar na guerrilha rural, tudo era somado, preservado na formação desta rede que ia sendo tecida nos subterrâneos da sociedade. Estes inúmeros integrantes da ALN que a compunham seriam legais. Era, exatamente, o fato de se manterem legais que criava a possibilidade de desempenharem os diferentes papéis necessários neste imenso quebra-cabeça. Até que ponto Marighella conseguiu montar esta rede? Tratava-se de um trabalho persistente e longo, demandava tempo, ia acontecendo num ritmo que não era o da luta armada. Aí, tudo era acelerado, muito rápido, a vida passava como um cometa, a militância era efêmera, ainda que intensa. Como conciliar a existência da ALN, que andava numa

rotação, com a tal rede, trabalho de tecelão? A estrutura da ALN, seguindo esta lógica, era horizontal. O militante era incentivado a atuar, a agir, não ficar esperando orientação de um poder centralizado. Não, ao contrário. O militante que se considerasse capaz de formar um grupo para fazer ações expropriatórias, que o fizesse. Os grupos e as ações, assim, se multiplicariam. A centralização emperraria a organização que, ao contrário, deveria ser ágil. Assim, apesar do militarismo, do isolamento e do caráter de vanguarda da ALN, Marighella a concebeu como uma organização horizontal, inserida num quadro muito mais amplo que ela mesma, de pretensões nacionais, no qual todos os apoios - inclusive o de Cuba - seriam somados, todos teriam uma contribuição no processo da revolução. A ALN era uma peça de um grande quebra-cabeça. Havia outras. Mas, neste jogo, persistia uma contradição: os contatos estavam centralizados, em Marighella. As questões de segurança assim exigiam. Quando morreu, levou-os consigo. Restou apenas uma peça, a ALN, e o contra-ataque que a ação do seqüestro desencadeou. Os meses seguintes foram de quedas, mortes, prisões. Em seguida, as tentativas de reorganizar o que sobrou, sob o comando de Joaquim Câmara Ferreira. Os contatos mais amplos foram perdidos e, assim, os recursos de diversas ações enviados para a guerrilha no campo. Com o dirigente, muito desapareceu. De volta às ações, a Cuba, mais quedas e prisões, num caminho que nos anos seguintes levou a mais ações, a ações para sobrevivência, nem mais da guerrilha nem mais da organização, mas exclusivamente daqueles poucos que restaram.

Isolamento e derrota

Em meio aos pontos de convergência e divergência das organizações, o que mais chama a atenção é a falta de adesão da sociedade ao projeto revolucionário. Nele, seus militantes se empenhavam numa luta na qual a derrota não significava a simples retirada de cena, mas a exclusão que podia ser a prisão, a morte, a tortura, o exílio. A luta armada manteve-se como um enfrentamento de poucos e a própria teoria de partido revolucionário justificava que assim fosse. O isolamento não tinha, necessariamente, um sentido negativo. O «segundo momento», aquele em que as massas iriam aderir à luta, nunca ocorreu.

De um lado, o governo civil-militar foi cada vez mais fechando o cerco, preparando-se, equipando-se, mas sempre precisando da tortura dos presos como meio para conhecer o funcionamento, a lógica e a estrutura das organizações e, assim, desmontá-las. No entanto, a razão da derrota está menos na ação da repressão e mais no abismo existente entre as escolhas da sociedade e o meio - o enfrentamento armado - e o fim - a revolução - daquela luta. A realidade

contradizia a tese do voluntarismo da ação de vanguarda, o foquismo, sustentado na reconstrução da vitória cubana, uma lenda e uma fórmula para legitimá-la nos países que não contavam com a mobilização social.

A luta armada entrou numa dinâmica que criou uma distorção na qual o militarismo, a capacidade de desempenho nas ações a partir da coragem, do preparo físico, de atribuições essencialmente militares alçava o guerrilheiro-revolucionário a uma condição privilegiada na organização. Este desdobramento foi coerente com o princípio de supervalorização da ação que estava na sua origem, embora as organizações não tenham deixado de teorizar, como atestam os documentos produzidos, assim como a posição de intelectuais nelas. Neste sentido, é significativo como, em determinadas organizações que extremaram o militarismo, o exímio guerrilheiro-militar chegava à direção, independentemente da capacidade de formulação teórica e política. As sucessivas prisões explicariam a sua ascensão rápida e a aparente contradição em relação à função de direção. Se a incorporação do militarismo como vivência cotidiana agravou-se com o isolamento, ele estava no princípio da luta armada. Assim, o exímio guerrilheiro-revolucionário-militar chegava à direção não porque os *formuladores*, os *intelectuais* estavam mortos, presos, exilados, fora da luta, mas pelo que era: porque as organizações foram - em meio às circunstâncias, mas não exclusivamente por isto -, fazendo-se e refazendo-se a imagem e semelhança do militarismo que este guerrilheiro personificava. No processo de construção do passado, nem sempre foi tranqüilo para as esquerdas reconhecerem esta realidade.

Na medida em que os guerrilheiros, os *aparelhos* - os apartamentos ou casas que acolhiam militantes, armas e equipamentos -, os *pontos* - os encontros marcados - *caíam* - eram conhecidos da repressão - as pessoas se corroíam em culpas ou responsabilidades, tentando entender as quedas como acaso: «se ele tivesse chegado dois minutos depois, não teria acontecido...»; «se eu tivesse dado ouvido àquela suspeita...»; «se...». Na verdade, há vários exemplos de militantes que conseguiram escapar por causa dos minutos a mais ou a menos ou por circunstâncias do gênero, mas que, pouco tempo depois, caíam. Estes *lamentos* que aparecem com frequência nas entrevistas e depoimentos revelam não que a derrota era inevitável, mas que a derrota de uma luta isolada era inevitável. Os guerrilheiros que tiveram uma participação efetivamente significativa na luta armada e que conseguiram escapar para o exílio ou para a clandestinidade no próprio país sem jamais passarem pela prisão e pela tortura, foram exceções.

Na última fase da luta, com as organizações destroçadas, com seus militantes mortos, desaparecidos, presos, sem nenhuma condição de recrutamento de novos quadros, as ações tornaram-se um meio desesperado de sobrevivência que não era nem mesmo da luta, mas exclusivamente de seus militantes.

A morte de Carlos Lamarca se confunde com a morte da luta armada. Talvez nenhum outro personagem sintetize tão bem a própria trajetória da luta armada. A opção do capitão do exército pela revolução e mais, pelo caminho violento que ela implicava, como a de tantos outros, não se dera pela adesão à teoria marxista legitimada pela ciência. A opção de Lamarca se fez pela indignação diante das desigualdades sociais que perpetuavam a miséria e as injustiças. Herbert Daniel, em suas memórias, ressalta este ponto: o militante da VPR percebia como a maior parte das pessoas incorporavam os princípios do marxismo-leninismo não por conhecimento da teoria, mas por valores éticos e morais. A indignação com as desigualdades sociais tão presentes na sociedade brasileira era, concretamente, o fator que levava muitos a aderirem ao projeto revolucionário. Entretanto, como vimos a partir da interpretação de Daniel Aarão Reis Filho, os militantes das organizações de vanguarda buscaram legitimar-se na suposta cientificidade da teoria. A convivência destes dois aspectos, aparentemente contraditórios, se conjugavam na prática das organizações. Assim, temos Lamarca, um militar que poderia ter seguido a carreira, mas que a abandonou em prol de uma causa. Deixou para trás a família, os filhos, em mais um ato tão expressivo da anulação dos interesses pessoais diante dos interesses da revolução. Lamarca que levou para a VPR os fuzis e também sua destreza para usá-los. Lamarca, o militar, se tornaria agora o militarista, o guerrilheiro qualificado para a ação. Lamarca o símbolo do rompimento com o passado para se lançar de corpo e alma na construção do novo. *Ousar lutar, ousar vencer*, a síntese do voluntarismo daqueles dias, o grito de guerra do homem que havia sido formado para respeitar a hierarquia, para cumprir ordens, para obedecer aos que estavam acima e mandar nos de baixo. Lamarca que de militar tornou-se guerrilheiro, de guerrilheiro tornou-se guerreiro. Lamarca que antes de ousar lutar, teve que ousar romper com suas tradições, de classe média baixa da Zona Norte carioca, de militar-esposo-pai-de-família. Lamarca que foi comandar a VPR com seus militares de baixa patente politizados no pré-1964, comandar os jovens militantes saídos do movimento estudantil, cheios de indignação e teorias. Lamarca, o homem simples do Estácio, tornou-se o Capitão da Guerrilha, o homem por quem Iara Iavelberg se apaixonou. O comando do seqüestro do embaixador suíço que parecia sem fim, uma queda de braço, as negociações, os nomes vetados, as listas refeitas, negociar? Tensão, pressão. Resistir às negociações? A vida e a morte do diplomata em suas mãos. A opção pela vida do suíço e pela liberdade de setenta presos, fossem quais fossem as suas identidades. Ao longo daqueles infundáveis dias, o Vale da Ribeira, talvez, viesse à lembrança do Capitão: o cerco, os três combates, quarenta e um dias de tensão, a vitória impossível - dezessete homens cercados por dois mil. A execução do tenente. A libertação dos outros dezessete prisioneiros. A derrota adiada: «para depois o Lamarca morrer lá no inferno, daquele jeito, uma coisa triste e solitária» (TAPAJÓS, 1977, p. 55). De volta ao presente, o vôo para o Chile. Ainda livre. O vôo para a liberdade. E os vetados

na prisão, a morte da luta armada pairando no ar. Se anunciando. No horizonte. Como resolver a tensão? O caminho era sem volta. A trajetória de Carlos Lamarca tão semelhante à da luta armada. O fim da VPR, a ida para o MR-8. O cerco se apertando, a clandestinidade cada vez mais difícil, um dia em cada aparelho, a provisoriedade como rotina, a angústia dos companheiros caindo, mortos, na tortura.. Viver um dia de cada vez, sobreviver a conta-gotas. O «mundo novo» acenando no horizonte? Lamarca recusava e desprezava o exílio, jamais o considerou sequer como hipótese, sequer como temporário. Via-o como traição e covardia, mesmo diante do massacre à esquerda armada e perdia a confiança nos que insistissem em sua saída (PATARRA, 1993, pp. 437 e 461). Como recomeçar - ou começar? Longe das cidades, para implantar a guerrilha rural, esta sim! Até agora a luta fora apenas para viabilizá-la. O deslocamento para o interior, para o sertão, para o Brasil. Buriti Cristalino, Brotas de Macaúbas, Bahia. Aquilo era o Brasil, o seu coração que pulsava, que ardia de sede, que clamava aos céus por milagres. A transformação daquela situação que persistia, imutável, que se repetia gerações e gerações só poderia ser obra de Deus, jamais dos homens. Ali estavam as entranhas do país, longe da dubiedade das cidades, do sudeste que se queria civilizado esquecendo os esquecidos. Para lá foi Lamarca. Lamarca e Zequinha, o operário de Osasco que ameaçou tudo explodir na greve. Lamarca no sertão, seco, magro, isolado, a espera de uma revolução que não vinha, que não viria. A chegada dos militares comandados pelo major Nílton Cerqueira, chefe do DOI/CODI de Salvador, para pegar os dois homens. A fuga desesperada de Lamarca e Zequinha, que carregava o capitão que se esvaía, que não sabia que Iara já havia morrido, matando-se para não ser morta. Suicídio? O isolamento, o cerco, a perseguição, com forças que de tão desproporcionais eram absurdas. O tiro de misericórdia em Lamarca, em Zequinha, na luta armada. Morreram ali, na aridez do sertão, tentando frutificar uma terra infértil . A vida e a morte de Lamarca, como a vida e a morte da luta armada.

As memórias

Peter Burke, na busca de novas formas de narrativa da História, aponta para a sua «regeneração» que não significaria, simplesmente, o seu «reaparecimento», como imaginou L. Stone. Esta possibilidade seria resultado de um processo no qual, ao longo de todo um século, a escrita da história, tendo se enriquecido com a história estrutural e analítica surgida por sua vez de um movimento questionador dos limites da forma tradicional de escrever a história, poderia revalorizar a narrativa. Assim, não seria um volta à maneira de escrevê-la do século XIX, mas uma

revalorização do papel da narrativa, incorporando-se os caminhos percorridos pela historiografia nos últimos tempos.

Sugere que o historiador reconsidere o lugar da narrativa na escrita da História inspirando-se na literatura do século XX e no cinema. Aí encontraria, por exemplo, diversos recursos que poderiam enriquecer as possibilidades do historiador: a desconstrução do tempo, «visões retrospectivas, cortes e a alternância entre cena e história», «a justaposição de vidas comuns a acontecimentos extraordinários», «os pontos de vista múltiplos» (BURKE, 1992, pp. 348 e 347).
Acredita que,

«poderia ser possível tornar as guerras civis e outros conflitos mais inteligíveis, seguindo-se o modelo dos romancistas que contam suas histórias, partindo de mais de um ponto de vista. (...) Tal expediente [que poderia ser modificado para lidar com pontos de vista coletivos e individuais] permitiria uma interpretação do conflito em termos de um conflito de interpretações» (BURKE, 1992, p. 336).

Como o romancista, o historiador, então, trabalharia com as «vozes variadas e opostas», a «heteroglossia», confrontadas com «Voz da História» (BURKE, 1992, p. 15) .

No final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, apareceu um número bastante grande de livro de memória, biográficas ou autobiográficas, sobre a experiência da luta armada e também do exílio. É interessante notar como, em meio a um número tão razoável de publicações, alguns se tornaram *best-sellers* e, apesar de os relatos apontarem para a variedade de ponto de vistas acerca da luta armada, uma versão foi capaz de criar uma espécie de senso comum sobre o assunto. O livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, cuja primeira edição foi de 1979, vendeu cerca de 250.000 exemplares em mais de quarenta edições¹⁰. Quando foi lançado o filme de Bruno Barreto, a partir das memórias de Gabeira, em 1997, esta visão já estava criada, apesar, é claro, de o filme a ter consolidado.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, as razões que explicariam o fato de a versão de Fernando Gabeira ter alcançado tamanha receptividade na sociedade estão ligadas à conciliação que traz em si. No final da década de 1970 e início da de 1980, no momento em que a ditadura ia chegando ao fim num processo sob o controle dos que a implantaram, parecia bem mais «pertinente» uma recuperação do passado recente que não colocasse o dedo na ferida, não abordasse as relações de identidade ou apoio ou omissão ou colaboração de parte expressiva da sociedade com o regime. A tragédia da luta armada, a tragédia do seu isolamento não rimava com conciliação. Sob a égide da

¹⁰ - Cf. site da editora Companhia das Letras, que atualmente edita o livro de Fernando Gabeira.

«resistência», seria construída a memória daqueles anos. É exatamente onde não houve muita resistência é que não se deve remexer no passado. Todos resistiram, todos resistimos, assim parecia melhor (AARÃO REIS Filho, 1999). Era o momento da volta, mas da volta para construir o futuro e não para reencontrar o passado. O reencontro de 1979 e dos anos seguintes criou um fosso entre o passado e o futuro, como se para fazer este fosso preciso *esquecer* aquele.

Quando se falava em construir uma democracia, num país sem tradição democrática, saído de duas décadas de ditadura, as possíveis «vozes variadas e opostas», a «heteroglossia», que emergiam das autobiografias de ex-militantes, pouco foram ouvidas em meio à «Voz da História». Neste processo, dezenas de memórias foram condenadas ao esquecimento e, assim, seus autores perdiam, mais uma vez, a luta.

De tão bem recebidas, as *versões conciliadoras* acabaram prevalecendo não somente em relação às outras versões das esquerdas, mas também em relação às versões dos militares sobre o combate à guerrilha. Nos depoimentos de militares que ocuparam posições-chave nos órgãos da repressão,

«... está a avaliação de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória história do período. (...). Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso - a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o "dono" da história» (D'ARAUJO, C., SOARES, G. D. e CASTRO, C., 1994, p. 13).

Em câmara lenta

Em 1977, foi publicado *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, ex-militante da ALA-Vermelha, dissidência do PC do B, preso em São Paulo. Foi o primeiro livro autobiográfico - ou, mais exatamente, uma autobiografia ficcional. O texto de Tapajós, cineasta, é cinematográfico. Apoiado na ficção, o autor se liberta para contar a história que viveu, na qual o personagem-narrador morre na última página/cena, entrando propositadamente num *ponto* caído, tomado pelo ódio aos torturadores e assassinos da amiga e companheira. A morte/suicídio do personagem numa metáfora à morte da luta armada e, talvez, das esperanças do autor/narrador/personagem. Talvez, a sua própria morte.

O livro é marcado pela angústia, pelo ritmo da luta armada, não no sentido propriamente do tempo das ações, mas do ritmo da tensão, dos músculos enrijecidos, da respiração sentida.

Ao longo de toda a narrativa, o narrador está em busca da verdade sobre a morte da companheira, presa numa *blitz*, depois de atirar em dois policiais, um deles prestes a descobrir que na mala no banco de trás do carro havia uma metralhadora. O narrador estava com ela, e mais outros companheiros no carro parado. A cena, desde o momento em que percebem que entraram numa arapuca e não têm como dela sair, é narrada diversas vezes, cada vez, à parte seguinte, anteriormente interrompida, é acrescentada uma outra e, assim, o leitor vai descobrindo, junto com o narrador, onde aquela história vai chegar. À tragédia da morte e da morte sob tortura é acrescida a tragédia da crueldade do tipo de tortura usada: a coroa de Cristo, nome bizarro para um instrumento sinistro que vai apertando o crânio a partir de um movimento totalmente controlado pelo torturador, aos poucos, sadicamente. Esta verdade, que é o clímax da história, é o fim de tudo, a sua morte também. «Não foi apenas uma pessoa que morreu, foi o tempo» (TAPAJÓS, 1977, p. 15).

O livro não se preocupa tanto em descrever as ações propriamente ditas, mas o sentido da luta armada, o vazio: «... as paredes ondulam, o teto se abaixa, o quarto é pequeno e está cheio de mortos com sorrisos» (TAPAJÓS, 1977, p. 25). O isolamento vivido como angústia que levava por um caminho sem volta. O peso dos que morreram justificando os sobreviventes que continuavam para morrerem mais adiante e justificar os sobreviventes a espera da sua vez. «Todos os fantasmas, toda a experiência, todo o estudo eram hoje uma carga inútil, um desperdício. Isso, é essa a palavra: um desperdício». «O tempo acabou, mas os gestos continuarão a ser feitos, repetidos e aperfeiçoados» (TAPAJÓS, 1977, pp. 15 e 16).

O tempo é desconstruído, partido, misturando episódios que vão se desenrolando em paralelo, todos fazendo parte da luta armada, histórias que jamais se encontraram. As lutas nas cidades, as tentativas de implantar a guerrilha na Amazônia, os guerrilheiros caindo, nas ruas de São Paulo e na selva. O guerrilheiro venezuelano que viera para lá implantar a guerrilha. A sua marcha e a de outros guerrilheiros pelas matas, cansados, esgotados, tentando inutilmente chegar à fronteira, «insignificantes, esmagados pela enormidade da floresta, eles continuavam» (TAPAJÓS, 1977, p. 39). O piloto do barco justificado por querer abandonar aquela luta abandonada. A grandeza da selva proporcional à grandeza do sonho, mas que revelava a falta de sentido daquela travessia: «Sonâmbulos de uma idéia grandiosa, meia dúzia de adolescentes exaustos, cambaleando para explodir um continente» (TAPAJÓS, 1977, p. 40). Preso com outros estrangeiros, todos presos comuns. A fuga desesperada da prisão, todos mortos, menos o guerrilheiro, feliz porque sobrevivera para recomeçar a luta. A imortalidade da luta estava no eterno recomeço, enquanto os outros vão ficando pelo caminho.

Mas há também histórias que se encontraram, como os episódios do movimento estudantil, naquele «tempo mágico, onde os gestos tinham ressonância definitivas, onde a vida tinha o encanto

de uma invenção» (TAPAJÓS, 1977, p. 71). A Maria Antônia atacada pelo Mackenzie. As bombas do CCC. O prédio da Filosofia transformado em palco de guerra. «Ali, no sentimento exaltado de revolta, no envolvimento pela emoção, aquelas palavras, que nos livros eram frias, saltaram para dentro da vida, reais, palpáveis, vibrantes: liberdade, revolução, socialismo» (TAPAJÓS, 1977, p. 72). Os outrora estudantes transformados em guerrilheiros. O abismo entre os tempos dos movimentos de massa e aqueles de isolamento. A lembrança de um tempo próximo que já ia distante. «Dirceu vinha na frente levantando a camisa ensangüentada e sobre as cabeças de todos dançavam as bandeiras vermelhas e o fogo das tochas. Ao fundo o carro incendiado, com as chamas subindo além da copa das árvores, criava reflexos vermelhos nos prédios. Ele apertou os dentes. A cena o atingia como um soco. Uma beleza selvagem, uma beleza além de toda medida, aquela imagem que invocava insurreições, a sensação de força, do poder da massa enfurecida. Como se nada pudesse deter aquela invasão de fogo e de gritos, aquela explosão de vontade, os olhos refletindo o fogo, as mãos transportando o fogo, as bandeiras imitando o fogo» (TAPAJÓS, 1977, p. pp. 35-6). A força das manifestações estudantis, a indignação da população com o assassinato do jovem estudante são substituídas pela fraqueza da luta armada, pela indiferença que suscitava. «O mundo envolto em algodão, os ruídos amortecidos, as pessoas distantes, mas tem um monte de gente, isso distrai um pouco e é preciso prestar atenção aos gestos normais» (TAPAJÓS, 1977, p. 19). Fogo e algodão. «...uma vaga impressão de estarem suspensos, flutuando, como se formassem um mundo à parte» (TAPAJÓS, 1977, p. 131). «O que sentia era como se a organização fosse um outro planeta, sem nenhum ponto de contato com aquilo ali. Alguém estava fora da realidade, alguém vivia num outro mundo. Fechados nos aparelhos, saindo pra fazer ações e voltar, os contatos rarefeitos, absorvidos pela vida orgânica, reuniões, discussões» (TAPAJÓS, 1977, p. 135).

A ausência de diálogo nas cidades e no interior, entre a vanguarda e o povo, o encontro do desencontro, a identidade impossível, a solidão da luta. «Falou [o venezuelano] da miséria em que os caboclos viviam e os caboclos não sabiam que em sua vida havia miséria. Falou da exploração a que o povo era submetido e os caboclos sequer imaginavam que fossem explorados ou que pudessem sê-lo: desde sempre viveram assim. Ele falou ainda da luta para derrubar os opressores, convidando a que aderissem à guerrilha e os caboclos não sabiam contra quem lutar nem por quê. Finalmente ele falou que precisavam de ajuda, para curar os ferimentos, comer e preparar mantimentos para continuarem. Isso os caboclos entenderam. E entenderam que aqueles rapazes estranhos não eram pessoas ruins ou mal-intencionadas. Abrigaram-nos em suas casas, deixando-nos descansar, curarem seus ferimentos com suas ervas e raízes, deram-lhes comida e mantimentos. Quando os guerrilheiros partiram, dias depois, haviam recuperado suas forças e levavam comida

bastante para muito tempo de marcha. Mas nenhum caboclo aderiu à guerrilha. Ninguém os acompanhou (TAPAJÓS, 1977, pp. 41-2).

As cidades e vilas da região da guerrilha na Amazônia ocupadas, a propaganda aterrorizando os moradores, os guerrilheiros eram bandidos perigosos e impiedosos, inimigos da democracia, instaurariam uma ditadura sanguinária. O espanto daquela gente. O crime da colaboração e a recompensa da denúncia. «O povo da região ouviu tudo aquilo sem entender muito bem. Toda aquela confusão quebrava a tranqüilidade habitual, a vida calma de muitos anos, sem que se soubesse muito bem por quê. Mas o caboclo Matias entendia vagamente aquela coisa de que colaborar com tais guerrilheiros representava castigo e denunciá-los recompensa» (TAPAJÓS, 1977, p. 60). Mas permanecia impossível entender «por que era preciso tanta gente, tantas armas e tantos aviões para prender seis meninos e um gringo» (TAPAJÓS, 1977, p. 91). Sem compreender o que tinha feito, Matias não entendia por que nunca recebeu a recompensa e a população da vila não compreendeu por que Matias denunciou aqueles amáveis rapazes. (TAPAJÓS, 1977, p. 92). E ninguém entendia por que prender e torturar os caboclos que os alimentaram. A passagem dos guerrilheiros por aquelas bandas como um enigma impossível de decifrar.

Como os guerrilheiros, os habitantes daquela região estavam isolados, muito longe da realidade do mundo *civilizado*; como os guerrilheiros, pairando no ar. Qualquer que seja a posição deles, são infantilizados, com um raciocínio nebuloso, sem capacidade de tomar uma decisão por vontade própria, inconscientes. Como os guerrilheiros, vazios, mas vazios de interesses próprios. A maioria é solidária, boa por natureza e a não-incorporação àqueles homens não se devia à recusa àquele caminho, mas à incapacidade de compreendê-lo. Outros, poucos, denunciavam pela recompensa, também sem tomar partido daquela guerra alheia. Em todos os casos, não têm opinião própria.

«A mata permanecia muda. Em plena selva, dentro da região cercada, os guerrilheiros continuavam a marchar, esfarrapados, exaustos, famintos» (TAPAJÓS, 1977, p. 61). Os aviões lançando napalm na selva e a natureza exuberante logo cuidava de cobrir tudo de novo.

Nas cidades, os operários surpresos, recebendo panfletos na porta da fábrica, a voz no megafone de alguém que falava de cima de um carro: política econômica, ditadura, sede de lucros dos patrões, imperialismo, monopólios, arrocho, exploração, opressão, capitalismo, propaganda da ditadura, guerra revolucionária, luta armada, o caminho a seguir. Viva a luta armada! Viva a revolução! Os operários «atentos e passivos» (TAPAJÓS, 1977, p. 68). «Mas era assim mesmo o trabalho da vanguarda, de fora para dentro. Estavam lançando a semente, ela devia germinar por si mesma, porque aqueles ali eram a classe revolucionária, o proletariado» (TAPAJÓS, 1977, p. 69). A jovem com a metralhadora na mão. Espanto dos operários diante da cena. «Comícios armados»,

diziam. Terminado o ato, a dispersão daqueles que o assistiram, comentando o que acabaram de ver. «Vários panfletos ficaram pelo chão, espalhados, amassados, pisados, levados pelo vento. Amanhecia» (TAPAJÓS, 1977, p. 69).

O vazio, a solidão nos aparelhos, esperando a próxima ação, para, em seguida, voltar ao aparelho e esperar a próxima ação... «A solidão quando se tem o sonho da humanidade», a «sensação de inutilidade», a falta de sentido, «a arma inútil, o mimeógrafo parado. Alguma coisa de profundamente errado nessa casa vazia, no longo cansaço dessa espera por coisa nenhuma»; o «desperdício», como diz o narrador, e, creio, sobretudo, o desespero, presente em todo o livro e que atinge um grau insuportável no fim, a tal ponto que tudo parece invertido na última cena: sabendo que o ponto está caído, o narrador vai em frente, movido pela indignação com a morte com a coroa de Cristo, vai transformar o ataque sobre ele em ataque aos policiais disfarçados nas ruas, transformar a sua morte na morte de alguns deles. O «sacrifício necessário, da dissolução do indivíduo nas necessidades do combate» (TAPAJÓS, 1977, pp. 56, 66 e 78) que se dissolve no simples desperdício.

O vazio da história que Renato Tapajós conta, pleno de angústia, é traduzido na forma através da câmara lenta, «como em câmara lenta», como começa e recomeça o texto descritivo da maneira como a companheira caiu, sempre acrescido de mais um trecho, até chegar ao fim, ao seu fim, que é o fim do narrador, precedido do fim da luta armada.

A morte da esperança, da esperança de mudar o mundo. Agora, restava «carregar nas costas centenas de mortos». Restava a constatação de dois mundos paralelos, que não se cruzaram. «Olhar para as pessoas que passam ao lado na rua: todos andam normalmente, não existe por aqui uma guerra? Não, não existe. Existem combatentes derrotados, sobreviventes que teimam em ser apenas isto: sobreviventes» (TAPAJÓS, 1977, pp. 86 e 85).

Onde estaria o erro, a eterna busca do erro, da falha, como se busca o erro do cálculo que levou o edifício abaixo. «... o gesto falhou porque quisemos fazê-lo sozinhos, que os outros, os que na verdade contam, o povo não viria atrás de um gesto isolado por mais belo, espetacular, emocionante que fosse. O povo, quem é o povo eu não sei quem é o povo, eu sei quem é quem foram Marta, Fernando, Sérgio, ela e os mortos todos, os que se deixaram matar pensando que faziam o gesto, quando o gesto não é não pode ser individual, o gesto é um movimento de milhões de mãos que sabem para que é para que serve o gesto e então tem a força necessária para derrubar, destruir, arrasar tudo e construir» (TAPAJÓS, 1977, p. 158).

Abandonar aquela luta era desertar, abandonar os que continuavam com as armas na mão, era não justificar a morte inútil dos que ficaram para trás. Quando a derrota ficou evidente, os vivos pertenciam aos mortos, tornaram-se «combatentes da derrota», num «combate inútil até o fim». E

«quando não se pode mais lutar, a morte». A morte que afirma o que não se acredita mais (TAPAJÓS, 1977, pp. 87 e 100). Uma luta que se tornara inútil, mas sem volta. «Como é que eu posso desertar da luta inútil quando por ela morreram tantos e ela também morreu? Porque isso ou sair do país é desertar é largar os outros no fogo e procurar um caminho certo quando os outros estão morrendo. Porque o meu compromisso é com os mortos e com os que vão morrer». A luta armada, que fora transformação, agora transformada, ela mesma, em morte. «...saber que a gente deve morrer e que vai morrer». «... o fundo escuro, assustador e a gente não pode mais voltar a partir de um certo ponto porque o peso nas costas, o peso de todos os mortos é grande demais» TAPAJÓS, 1977, pp. 160 e 161). E, por fim, a «deserção definitiva», a morte, seria inevitável, porque a luta e a vida tornaram-se inúteis.

Como *em câmara lenta*, a morte vai aparecendo, se aproximando, tragando os que estão próximos, anunciando a proximidade do fim, como *em câmara lenta*, em conta-gotas, transformando a transformação em fim.

Mas o fim da luta armada parece ir além da morte. Está nas ações depois da descrença, depois da derrota. «Mais dinheiro para sustentar os que vão morrer» (TAPAJÓS, 1977, p. 101).

Na história contada por Tapajós, «a alegria de estar fazendo o que é certo» é dita, mas não aparece, está ausente, está no vazio sempre presente.

A fuga

Através de um texto é fluido, dinâmico, rápido, irônico e debochado e, surpreendentemente, divertido e engraçado, Reinaldo Guarany, ex-militante da ALN, conta a história da luta armada de maneira peculiar.

Começa, não com uma festa, mas com as «teorias teosóficas» de um militante da organização sobre um mundo subterrâneo, habitado por uma civilização superavançada. Seria tão diferente a procura dos acessos a Agharta, o reino da perfeição existente no interior da Terra, e a tentativa de tudo transformar a partir dos meios tão precários com os quais a luta armada contava? O combate travado pelos guerrilheiros seria menos absurdo do que a busca do absoluto? Estaria a luta armada também em busca do absoluto? Agharta como uma metáfora para a luta armada.

Reinaldo Guarany é o militante que se envolveu com a guerrilha menos por convicções ideológicas e políticas ou morais e éticas e mais pela identidade com a dinâmica da luta revolucionária, seu sentido de confronto e de inconformismo capaz de seduzir rebeldes e insatisfeitos. Como nenhuma outra memória, consegue resgatar esta vivência da luta armada.

As inúmeras ações são descritas como uma série de mal-entendidos, confusões, trapalhadas, revelando a fragilidade daquele projeto. Em alguns momentos, aproximam-se do pastelão. O isolamento da luta armada em relação à sociedade e o militarismo da ALN que se centrava na ação e desprezava a teoria produziram um repertório de histórias de guerrilha engraçadas e de *non-sense*. Em meio a um povo informal e despreocupado, os *recursos* da guerrilha pareciam não funcionar.

A luta armada é contada através do deboche de quem não tem o que esconder e que revela sem pudor seus limites e vícios. Guarany faz o gênero anti-herói que não está nem um pouco preocupado em contar uma história da qual surja como herói, como acontece em tantas outras memórias. Frequentemente, trata-se ou do guerrilheiro destemido e corajoso ou o guerrilheiro-meio-sem-jeito-para-guerrilha que já na época tinha uma visão crítica da luta. Neste último caso, uma perspectiva claramente reconstruída em função de um conhecimento adquirido *a posteriori*. Ao contrário, a virtude de Guarany é a capacidade de revelar sem rodeios o que muitos outros se esforçaram, em suas memórias, para chegar a uma tradução mais nobre. Ali estão os anti-heróis da luta armada: os pontos e os códigos esquecidos, a metralhadora mal armada, matando pessoas que passavam nas calçadas na hora da fuga do assalto, a morte do companheiro por acidente.

Guarany, ao revelar-se, desnuda a guerrilha de todo um sentido glorioso que muitos quiseram lhe atribuir. Na tortura, conseguiu se livrar do pior não só pela bravura, mas também pela esperteza, pelo blefe. Por não mitificar a experiência, consegue humanizá-la, contar histórias de homens e mulheres com suas grandezas e limitações.

As várias faces da luta armada presentes na maneira como Guarany é salvo da morte na prisão: pelo amor do guarda homossexual e, ao mesmo tempo, por um ato revolucionário: o seqüestro do embaixador comandado por Carlos Lamarca.

É interessante notar que esta alegria e o prazer de estar vivo desaparecem não no momento da prisão, da tortura, da angústia da dúvida acerca da possibilidade de sobreviver à repressão. O vínculo com a vida parece ir se desfazendo a partir da libertação, quando é trocado pelo embaixador suíço, com mais 69 presos e enviado para o Chile de Allende. Neste momento, um hiato: no avião que os levariam para o Chile, Guarany recebeu a notícia da morte de Aldo Sá. A dor, a perda irremediável que dilacera. Como em Renato Tapajós, o assassinato do amigo e companheiro da organização rompe com aquele tempo, torna-se um divisor de águas.

Passada a euforia inicial da liberdade, a ruptura com o universo da luta armada e a nova realidade em país estrangeiro, causava uma enorme crise de referências. A partir daí, a solidão do exílio dá o tom da narrativa, que consegue descrever o sofrimento, a angústia e o vazio mantendo o deboche como estrutura do texto. A hipocondria, o desânimo, a falta de perspectiva, a confusão. O cotidiano das ações armadas substituído pela jardinagem e a criação de periquitos em Santiago. O

absurdo. Como viver o *cotidiano normal* depois da militância na luta armada? Como mudar a rotação? A ação frustrada no Chile para sobreviver. O absurdo. O fim da linha. O desprezo pelos lugares no momento em que eles significavam o fim da luta armada: «Hoje em dia, quando me lembro das cidades por onde passei, Santiago parece-me como um campo de batalha, a cidade do México como uma imensa bunda, Bruxelas parece-me com elixir paregórico, Berlim como uma mentira fantasmagórica passeando em um campo nevado cheio de cadáveres da Segunda Guerra, Estocolmo como um hospital especializado em lobotomia, mas Paris, ah, Paris lembra-me a fome» (GUARANY, 1984, p. 129).

A tragédia está menos nos anos de ação guerrilheira e mais no exílio. Depois do esforço desmensurado para sobreviver na clandestinidade em meio à repressão devastadora, o desânimo. Esta aparente contradição, aliás, aparece em outras autobiografias. Enquanto havia confronto, havia vida; quando a luta acabou, onde não havia ameaça à existência, a morte chamava, embriagava, seduzia. A identidade rompida, irreparável. A doença, a loucura, o suicídio à espreita. A fuga constante para outro lugar em busca do que não está em parte alguma. Mas até mesmo os dramas, o estranhamento, o mal-estar são contados, não raramente, com bom humor, resgatados do pântano, levados à tona, à luz do dia, evidenciando o absurdo da dor humana.

As situações inglórias e o anti-herói. Solidarizamos-nos com ele, porque vemos nele nossas imperfeições, compreendendo-as melhor, aceitando-as mais. A absolvição do anti-herói é a absolvição de nós mesmos, num ato que, corentemente com a história de Guarany, está longe de uma suposta - e nobre - generosidade. Assim, o ex-militante não está em busca dos erros, porque são todos humanos, porque a luta não se dá num meio à parte, mas sim numa realidade plena de imperfeições.

Se a classe média *conheceu* a tortura neste momento, Guarany lembra que, ao contrário dos companheiros, não se tratava de uma novidade para ele. Na adolescência, ainda longe da política, passara por delegacias e conhecera esta realidade (GUARANY, entrevista a DR, 1995). A indignação com a tortura está no absurdo: «...descobri que em determinados dias as prisões haviam sido tantas, que se formava uma fila do lado de fora da cela do pau. Eram os presos esperando a vez de serem torturados» (GUARANY, 1984, p. 63).

A sucessão de quedas na seqüência do seqüestro do embaixador americano. O desmantelamento rápido da organização, levada a fazer ações meramente para a sobrevivência dos militantes. A tensão aparece constantemente: «As quedas eram quase diárias, as prisões enchiam-se, aterrorizávamo-nos com os relatos de tortura, "desbundadas" em massa eram empreendidas em direção ao Chile,...» (GUARANY, 1984, p. 37). Entretanto, de forma bem diferente daquela de

Renato Tapajós. Se aí a palavra-chave é «desperdício», no relato de Guarany seria «absurdo». E de tão absurdas, as situações parecem cômicas.

Os remédios ingeridos para se manter acordado e para dormir. Liga, desliga, a mente parece envolta numa névoa, resultado do permanente cansaço, das tarefas sem fim e das substâncias químicas para se manter atuante. Ação, sempre supervalorizada. E o desprezo pelas organizações de «proselitismo», o desprezo pela teoria. E a fragilidade de tudo aquilo: «Éramos como essas galinhas de quitanda do interior, expostas à visita pública; o freguês chegava e escolhia a mais gordona. Depois era só quebrar o pescoço», dizia Negus, companheiro da ALN (GUARANY, 1984, p. 12).

«A alegria de estar fazendo o que é certo», como disse Renato Tapajós, atravessa a narrativa de Guarany: a tensão com as ações, as mortes, as prisões, a tortura naquela realidade vinham juntos com o prazer, o sexo, as brincadeiras, as camaradagens. O enfrentamento se dera em meio à alegria; a dor viria depois, no exílio. Entretanto, aí também muitas situações absurdas/engraçadas apareçam.

No texto, também fica evidente o afastamento da sociedade: «o povo não colaborava»; os vizinhos denunciando a militante que, fugindo da repressão, escondera-se no mato. Por outro lado, o equívoco da avaliação tão presente nas esquerdas, mesmo em meados dos anos 1980: «Todos nutriam uma grande antipatia pela repressão, até mesmo quando eram obrigados a aplaudir o Médici no Maracanã» (GUARANY, 1984, p. 77). Como admitir o absurdo daquela verdade? O absurdo estava na verdade!

O juramento de um grupo de militantes em reunião, num momento de muitas quedas: «Como disse o Mariga, temos de continuar até o fim, até o último homem, mesmo sabendo que isso pode não dar em nada» (GUARANY, 1984, p. 37). Neste momento, quando luta rima com morte e não com vida, Tapajós e Guarany, tão diferentes, parecem se encontrarem.

Bibliografia

AARÃO REIS Filho, Daniel e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

AARÃO REIS Filho, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

AARÃO REIS Filho, Daniel. «O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros», in ----- e outros (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, vol. 1, pp. 105-132.

----- . (org.). *Versões e ficções*. O seqüestro da História. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

----- . *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

----- . *Brasil: Nunca Mais*. Perfil dos atingidos. Tomo III. Petrópolis, Vozes, 1988.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BARROS CASSAL, Alex. *A solidão do herói: prisão, clandestinidade, exílio e outros isolamentos no cinema brasileiro*. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis, Vozes, 1984.

BENIGNO (Dariel Alarcón Ramírez). *Vie et mort de la révolution cubaine*. Paris, Fayard, 1996.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo, EdUnesp, 1992.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro, Inverta, 1998.

CAPITANI, Avelino Bion. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997.

COMISSÃO de familiares de mortos e desaparecidos políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, governo do Estado de Pernambuco, 1995, São Paulo, governo do Estado de São Paulo, 1996.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro, Codecri, 1982.

D'ARAUJO, Maria Celina, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (introdução e organização). *Os anos de chumbo*. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 20ª ed. Rio de Janeiro, Codecri, 1980.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1987.

GUARANY, Reinaldo. *Os fornos quentes*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

----- . *A fuga*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MALINA, Salomão. *O último secretário*. São Paulo, Fundação Atrojildo Pereira, 2002.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 1999.

- MIRANDA, Oldack e SILVA Filho, Emiliano José. *Lamarca*. O capitão da guerrilha. 12ª ed. São Paulo, Global, 1989.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel*. A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- MORAES, João Quartim de. «A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas». *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 1 (2): 135-158, 2º sem. 1989.
- MORAIS, Clodomir. «Peasant Leagues in Brazil», in STAVENHAGEN, Rodolfo. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York, Anchor Books, 1970.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma*. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro, Graphia, 1997.
- PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra*. O movimento político dos subalternos militares no Brasil. 1961-1964. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1993.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- . *Nas trilhas da ALN*. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo. Alfa-Omega, 1980.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. «A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio», in ----- (org.). *Que história é essa?* Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- . *Exílio*. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- . *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. O treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil - PC do B: propostas teóricas e prática política*. 1962-1976. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP. Campinas, 2000.
- TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed. São Paulo, Globo, 1999.
- VENTURA, Zuenir. *1968*. O ano que não terminou. 11ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

Entrevistas concedidas a DR¹¹:

- BOITEUX, Bayard (MNR). Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 2000.
- CAPITANI, Avelino (MNR). Porto Alegre, 1º semestre de 1999. (Neste caso, não foi feita, propriamente, entrevista. A partir de contato por telefone, Capitani se dispôs a registrar em fitas seu depoimento, seguindo uma série de perguntas propostas por mim, sem que o resultado fosse, simplesmente, a gravação de respostas em função de um «questionário»).
- FERNANDES, Domingos (ALN). São Paulo, 4 de julho de 2000.
- GUARANY, Reinaldo (ALN). Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1995.
- PAZ, Carlos Eugênio Sarmiento Coêlho da (ALN). Rio de Janeiro, 19 e 31 de julho de 2000.
- SCAVONE, Arthur Machado (ALN, MOLIPO). São Paulo, 5 de julho de 2000.
- SCHILLING, Paulo (MNR). São Paulo, 13 de junho de 2000.

¹¹ - Todas as fitas das entrevistas e as transcrições foram doadas ao Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP.